

FOLHETO DE  
DESTAQUES

# Fatos, não mentiras;

fortalecendo a democracia através  
da integridade da informação



# A ameaça urgente representada pela desinformação exige ações.

**A crescente desinformação** tem consequências de longo alcance em muitas áreas de políticas públicas, da saúde pública à segurança nacional ou à luta contra as mudanças climáticas. A difusão deliberada de informações falsas e enganosas pode **lançar dúvidas sobre provas factuais, comprometer a implementação de políticas públicas e minar a confiança das pessoas na integridade dos processos e instituições democráticas.**

A transformação digital das sociedades remodelou a forma como as pessoas interagem e se envolvem com o espaço das informações. Qualquer pessoa com conexão à Internet pode produzir e distribuir conteúdo. Embora esta maior acessibilidade ofereça um acesso sem precedentes ao conhecimento e possa promover o envolvimento dos cidadãos e a divulgação de notícias inovadoras, ela também proporciona um terreno fértil para a rápida disseminação de informações falsas e enganosas.

## Fornecer orientação conceitual

**A má informação** pode ser definida como informações falsas ou imprecisas que são compartilhadas inconscientemente e não são divulgadas com a intenção de enganar o público.

**A desinformação** pode ser definida como informações falsas, imprecisas ou enganosas deliberadamente criadas, apresentadas e divulgadas. Uma informação criada com a intenção de enganar ou induzir em erro pode ser compartilhada sem motivos maliciosos por pessoas que realmente acreditam que seja verdadeira, perpetuando assim a desinformação.

**Integridade da informação** é o resultado de um ambiente de informação que conduz à disponibilidade de fontes de informação precisas, baseadas em evidências e plurais, permitindo que os cidadãos sejam expostos a uma variedade de ideias, façam escolhas informadas e exerçam melhor seus direitos. A desinformação representa uma ameaça generalizada à integridade da informação.

A desinformação sempre existiu. **A novidade hoje em dia é a escala dessas operações e a constante evolução e sofisticação das técnicas utilizadas para enganar deliberadamente as pessoas.**

A má informação e a desinformação são exacerbadas pelo aumento do conteúdo viral, alimentado por incentivos econômicos e algoritmos de recomendação que muitas vezes dão prioridade ao valor da informação como mercadoria em detrimento do seu benefício para a sociedade. Isto ocorre à custa do jornalismo de qualidade, que já enfrenta pressões financeiras crescentes, mudanças na propriedade dos meios de comunicação social e ambientes de alto risco. Além disso, as novas tecnologias são cada vez mais concebidas para responder aos fatores psicológicos e comportamentais que sustentam a forma como as pessoas procuram, processam e consomem informação.

## Quando é que as ameaças representadas pela desinformação se tornam particularmente assustadoras?



**O acesso desigual aos recursos de aprendizagem, a ausência de meios de comunicação locais e os níveis insuficientes de alfabetização mediática e digital** aumentam a vulnerabilidade de certas comunidades à desinformação e à desinformação



**A desinformação direcionada difundida durante as campanhas eleitorais** com a intenção de influenciar a capacidade dos eleitores de tomar decisões informadas pode interferir com atividades democráticas essenciais e minar a confiança



**Abuso da inteligência artificial** para criar conteúdos audiovisuais inautênticos e cada vez mais realistas (ex. deepfakes), amplificam a desinformação (ex. via bots), e possibilitam mensagens microdirecionadas



**A manipulação de informações e a interferência de agentes estrangeiros** podem criar e explorar fricções sociais de forma estratégica e coordenada para desestabilizar a democracia

As ameaças de desinformação, com características específicas de cada contexto local, colocam em risco a democracia e realçam a necessidade de reforçar a integridade dos espaços de informação. Manter

a integridade das informações é essencial para salvaguardar a liberdade de expressão, incluindo a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias.

## Como os governos podem enfrentar o desafio?

Muitos países começaram a examinar a adequação das políticas e instituições existentes para abordar de forma eficaz as realidades atuais e futuras de um ambiente de informação em rápida evolução.

O relatório **“Fatos, não mentiras: Combater a desinformação, reforçar a integridade da informação”** é um primeiro ponto de partida de como os países podem atualizar suas políticas e estruturas institucionais para apoiar um ambiente onde a informação confiável possa prosperar, assegurando ao mesmo tempo a proteção cautelosa dos direitos humanos. Também examina as sinergias entre diferentes áreas políticas para proporcionar uma melhor compreensão das condições que contribuem para a integridade da informação.

**Com base nas conclusões de uma pesquisa realizada em 24 países da OCDE**, o relatório apresenta estudos de caso de iniciativas para reforçar a integridade da informação através dos esforços coletivos de todos os atores sociais, identifica áreas a melhorar e apresenta considerações e um caminho a seguir sobre como os governos podem desempenhar um papel construtivo nesta área.

**O relatório apresenta um quadro analítico destinado a reforçar a integridade da informação**, examinando três dimensões políticas complementares, reconhecendo que existem áreas comuns de ação política, **embora os contextos dos países possam diferir**.

## Uma estrutura para fortalecer a integridade da informação.



## Implementar políticas para aumentar a transparência, a responsabilização e a pluralidade das fontes de informação



A construção da integridade da informação e o combate à desinformação dependem, em grande parte, dos protagonistas que produzem os conteúdos e dos canais pelos quais são divulgados, incluindo as plataformas digitais (mídias on-line e redes sociais), bem como os meios de comunicação tradicionais.

**No que diz respeito às plataformas digitais, as políticas nesta seara precisam ir além da autorregulação, conforme apropriado.** Isso implica explorar políticas que aumentem o grau de responsabilização e transparência das plataformas on-line para garantir que seu poder de mercado e seus interesses comerciais não contribuam para propagar a desinformação de forma desproporcional. A transparência também é fundamental em relação às práticas e algoritmos de moderação de conteúdo, ajudando a fornecer informações comparativas valiosas entre plataformas on-line. Simultaneamente, é necessário mitigar as ameaças, melhorando a compreensão dos possíveis riscos associados às plataformas digitais. Os exemplos incluem a Lei de Serviços Digitais da UE e a Lei de Segurança Online do Reino Unido de 2023.

**No que diz respeito aos meios de comunicação e aos jornalistas, as políticas nesta seara precisam se concentrar num setor diversificado, plural e independente dos meios de comunicação, com uma ênfase necessária no jornalismo local** - para que este mantenha o seu papel crucial como vigia do interesse público. A promoção de um panorama midiático diversificado e competitivo exigirá limitar a concentração do mercado, promover a transparência e a diversidade da propriedade dos meios de comunicação e a independência editorial. Ao longo dessas iniciativas, o apoio a meios de comunicação de serviço público independentes e de alta qualidade, bem como a exploração de apoio financeiro direto e indireto a jornalistas e meios de comunicação, aderindo a critérios transparentes, serão fundamentais para fortalecer a integridade do espaço de informação. Como exemplos estão o projeto de Lei da Liberdade dos Meios de Comunicação Social da UE e a Lei de Responsabilidades dos Meios de Comunicação Social da Noruega.

**As políticas também terão de combater riscos específicos no espaço da informação,** incluindo a propagação de desinformação durante os períodos eleitorais, a manipulação de informação estrangeira e as campanhas de interferência, e as implicações da inteligência artificial. Desenvolver políticas para compreender melhor e mitigar o possível impacto da IA na desinformação, incluindo ferramentas geradoras, é fundamental para aproveitar o poder dessas tecnologias. Além disso, lançar luz sobre atividades de comunicação secretas e potencialmente malignas através da aplicação de políticas como a Lei de Registro de Agentes Estrangeiros (FARA) nos Estados Unidos ou o Esquema de Transparência de Influência Estrangeira na Austrália pode ajudar a combater a interferência maligna estrangeira no espaço de informação. Salvar a integridade da informação durante os períodos eleitorais, monitorando as ameaças e fornecendo informações oportunas e confiáveis, também serão ferramentas importantes para permitir que os cidadãos exerçam seus direitos democráticos.



## Promover a resiliência social para construir defesas individuais e coletivas contra a desinformação



À medida que a sociedade se torna cada vez mais exposta a múltiplas fontes de informação, dos meios de comunicação tradicionais às plataformas de redes sociais, os indivíduos precisam ter ferramentas e competências para navegar nesse ambiente complexo. **Portanto, é crucial capacitar os indivíduos para que cultivem competências de pensamento crítico e para que possam identificar e combater a propagação de informações falsas e enganosas.** Isso pode ser alcançado integrando a alfabetização midiática e informacional (MIL) nos currículos educacionais, implementando programas de treinamento personalizados para educadores e profissionais de todas as idades, avaliando o impacto das iniciativas da MIL e promovendo pesquisas para compreender as populações mais vulneráveis aos riscos da desinformação. Entre exemplos estão o Plano Nacional de Literacia Mediática de Portugal, a Política Nacional de Educação para os Meios de Comunicação Social da Finlândia e a Iniciativa de Cidadania Digital do Canadá. **As políticas devem também centrar-se na promoção de esforços de comunicação proativos e transparentes, livres de influência política, destinados a garantir que o público esteja bem informado sobre as ameaças de desinformação.**

O envolvimento com as partes interessadas públicas e não governamentais deve, em última análise, ser orientado por esforços para proteger e reforçar o espaço cívico para promover uma governança mais aberta, transparente e responsável. Como exemplo, citamos a Agência Sueca de Defesa Psicológica. **Finalmente, todos os setores da sociedade**



**precisam ser mobilizados para formular políticas abrangentes e baseadas em evidências que apoiem a integridade da informação.** Como exemplo, o Relatório da Comissão sobre o Futuro da Mídia.



## Atualizar as medidas de governança e a arquitetura institucional para manter a integridade do espaço de informação

**As políticas governamentais precisam ser guiadas por uma visão estratégica.** Um desafio multifacetado como a desinformação, que envolve múltiplos protagonistas, canais e táticas, precisa ser abordado de forma estratégica. No entanto, de acordo com o relatório, as estratégias nacionais para combater a desinformação continuam sendo a exceção e não a regra.

É importante que os governos considerem as vantagens do desenvolvimento de estratégias nacionais explícitas que delineiem as responsabilidades institucionais, evitem a duplicação de esforços e as assimetrias de informação entre os governos. Para ajudar a articular esse processo, alguns países criaram grupos de trabalho. Por exemplo, o *Grupo de Trabalho da Estratégia Nacional de Combate à Desinformação da Irlanda*, criado em 2023, foi resultado de uma recomendação da Comissão do Futuro da Mídia na Irlanda, que defendia uma abordagem mais coesa e estratégica para combater o impacto prejudicial da desinformação na sociedade e na democracia irlandesas.

**A cooperação interna também apoiará esses esforços.** As formas como os países coordenam suas respostas às ameaças da desinformação e os esforços para melhorar a integridade da informação são variadas e evoluem rapidamente. No nível nacional, as responsabilidades recaem em todo o setor público, incluindo o centro do governo, ministérios setoriais, agências de segurança e inteligência e reguladores.

De acordo com os dados do relatório, **apenas metade dos países incluídos na pesquisa dispõe de pelo menos um mecanismo intergovernamental dedicado a coordenar os esforços nacionais para identificar e responder às ameaças de desinformação e/ou a fornecer aconselhamento técnico sobre**

**políticas relacionadas com esta matéria.** Estes são geralmente estabelecidos como unidades centrais (tais como escritórios ou células) que têm um mandato oficial para coordenar responsabilidades, e/ou como forças-tarefa formais ou grupos de trabalho compostos por funcionários públicos de todo o governo.

A complexidade dos esforços para reforçar a integridade da informação nas democracias exige o estabelecimento de mecanismos de coordenação para facilitar a cooperação dentro e entre governos.





## Mecanismos de coordenação governamental para combater a desinformação



### Unidade de coordenação intergovernamental

**Unidade, gabinete ou célula governamental que tem um mandato oficial para coordenar políticas e ações** – entre diferentes agências/níveis administrativos – que procuram enfrentar as ameaças representadas pela desinformação e melhorar a integridade da informação.

Estes mecanismos de coordenação facilitam a atribuição de recursos humanos e financeiros e evitam a duplicação de esforços políticos, garantindo a colaboração vertical (autoridade central) e horizontal (coerência e eficiência internas) entre órgãos governamentais.

Alguns exemplos:

- › VIGINUM da França
- › Centro Nacional de Gestão de Crises da Lituânia
- › Agência de Defesa Psicológica da Suécia
- › Centro de Engajamento Global dos Estados Unidos

Fonte: Autores



### Força-tarefa

**Grupo de peritos de funcionários públicos criado para fornecer ao governo aconselhamento técnico coordenado** sobre como enfrentar ameaças específicas representadas pela desinformação e/ou desenvolver medidas específicas para melhorar a integridade da informação.

Diferentes forças-tarefa, de natureza permanente ou temporária, podem ser criadas dentro do mesmo país, permitindo intervenções e trabalhos técnicos mais reativos, como lidar com a manipulação de informação no contexto de eleições.

Tendo uma função semelhante à de um grupo de trabalho, também pode ser criado um comitê consultivo, mas estes geralmente envolve especialistas externos ao governo.

Alguns exemplos:

- › Força-tarefa de Garantia de Integridade Eleitoral da Austrália
- › Força-tarefa de Ameaças de Segurança e Inteligência às Eleições do Canadá (SITE)

## São necessárias soluções colaborativas, pois nenhum governo pode resolver esse problema sozinho.

A aprendizagem entre pares pode contribuir para políticas melhores em países democráticos que enfrentam problemas semelhantes. Existem múltiplos fóruns internacionais e mecanismos de coordenação, cada um apresentando diferentes configurações de alianças de países e prioridades temáticas. As organizações internacionais, os grupos especializados ou ad hoc, as convocações lideradas pelo governo e acordos-quadro são responsáveis

pelos principais métodos através dos quais os países se envolvem nestas questões em nível bilateral e multilateral. De acordo com os dados do relatório, **90% dos países incluídos na pesquisa indicaram que o reforço da cooperação com os países parceiros é uma área prioritária a melhorar no que diz respeito ao combate às ameaças de desinformação.**

[oe.cd/facts-not-fakes](https://oe.cd/facts-not-fakes)



OECD

**Reinforcing  
Democracy  
Initiative**



<sup>1</sup> O relatório "Fatos, não mentiras: Combater a desinformação, reforçar a integridade da informação", inclui dados de 24 países membros da OCDE obtidos a partir da pesquisa "Arquitetura institucional e práticas de governança para fortalecer a integridade da informação" elaborada pela equipe do DIS/MIS Resource Hub da OCDE. Os países participantes são Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Irlanda, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, República Eslovaca, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e os Estados Unidos. As respostas foram fornecidas pelas autoridades governamentais de abril a setembro de 2023. Dado o ritmo rápido da evolução no campo da desinformação e da integridade da informação, é importante notar que esses dados refletem a situação em setembro de 2023.